

-----Ata número seis de dois mil e catorze-----

-----Ao trigésimo dia do Mês de Setembro do Ano de Dois Mil e Catorze, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**Ponto um:** Período antes da ordem do dia;-----

-----**Ponto dois:** Análise da situação da Casa do Douro, no âmbito da publicação da Lei nº 74/2014, de 02 de Setembro;-----

-----**Ponto três:** Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº 2, alínea c);-----

-----**Ponto quatro:** Minuta do Contrato de cedência de uma parcela de terreno na freguesia de Vila Marim, à empresa DSTELECOM NORTE – Proposta de Aprovação;-

-----**Ponto cinco:** Moção contra o Encerramento do Tribunal de Mesão Frio – Tomar conhecimento;-----

-----**Ponto seis:** Desanexação de uma parcela de terreno do domínio privado e sua afectação ao domínio público do Município – Proposta de Aprovação;-----

-----**Ponto sete:** Regulamento Municipal do Banco de Livros Escolares – Proposta de Aprovação;-----

-----**Ponto oito:** O Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – Proposta de Aprovação;

-----**Ponto nove:** Taxa Municipal de direitos de passagem – TMDP – Proposta de Aprovação;-----

-----**Ponto dez:** O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares- IRS – Proposta de Aprovação;-----

-----**Ponto onze:** Período aberto ao público;-----

Presentes os Senhores, Carlos Alberto Esteves, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e sete minutos; Anabela Valério Marrafa de Macedo, 1ª secretária; Luís Miguel Silva Marques, 2º secretário; Carlos Manuel Pombo Soares Silva; Jorge Filipe Portela; Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro; Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda; André Filipe Miranda Monteiro; José Eduardo Branco dos Santos; Francisco Guedes Moreira; António César Vicente Nunes; Pedro Miguel Alves Poças; Vítor Miguel Barros da Fonseca; Manuel Fernando Mesquita Correia (PS); José da Fonseca Alves; Maria Teresa Freitas Alves Lúcio; Bruno Miguel Monteiro de Carvalho; Sílvia Andreia Duarte

Pereira Correia; Lisa Maria de Oliveira Martins e Cristina Perpétua Martins de Oliveira Barros (PPD/PSD).-----

Presentes os Senhores Alberto Monteiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal; Paulo Jorge Teixeira da Silva; Cristina Isabel de Almeida Guedes Major (P.S.); Marco António Peres Teixeira da Silva e António José Teixeira (P.S.D) - Vereadores.-----

Iniciada a sessão, o Senhor Presidente, após cumprimentar os presentes, colocou à votação a ata número cinco de 2014, que foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e uma abstenção.-----

No ponto um, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições, pediu a palavra à deputada Lisa Martins, que questionou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia acerca da averiguação do ponto onze da última Assembleia (proposta de desafectação de uma parcela de terreno na freguesia de Oliveira) e questionou ainda o senhor presidente do Município acerca da ata número dezoito exarada após reunião daquele órgão (adenda aos contractos de cedência de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas). -----

A deputada Perpétua Barros questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de saber qual o departamento da Câmara responsável pela verificação da segurança rodoviária do Município, enumerando algumas situações, que no seu entender são perigosas para os munícipes.

O deputado Eduardo Miranda leu um documento abordando várias situações, como a realização de uma assembleia extraordinária sobre a questão da Casa do Douro, a alienação de parcela de terreno pertencente ao Município, a falha na convocatória para a reunião da ACES, entre outros, ficando o referido documento anexo à presente ata. O deputado Eduardo Miranda entregou à mesa um voto de protesto sobre o encerramento do Tribunal de Mesão Frio, que se anexa a esta ata, sendo que o mesmo deputado leu ainda outro documento sobre a reorganização dos serviços administrativos, que se anexa a esta ata.-----

O senhor Presidente da Assembleia fez uso da palavra para explicar que procurou esclarecer as dúvidas sobre a desanexação da parcela de terreno, referindo que aguarda uma resposta cabal e concreta para poder esclarecer a Assembleia. Explicou que a Assembleia não tem responsabilidades nas convocatórias para a ACES.-----

O deputado Carlos Pombo afirmou que, como sempre, o Dr. Miranda começa

bem as suas intervenções mas acaba sempre mal, está sempre contra tudo e contra todos os que o contrariam, subscreve a acção de protesto mas infelizmente a decisão política está tomada. Confirmou a preocupação do Presidente da mesa da Assembleia em procurar esclarecer a questão da desanexação do terreno de Oliveira. No que diz respeito à crítica ao Presidente da Mesa pela não realização de assembleia extraordinária referente à questão da Casa do Douro, o deputado afirmou que, quando o deputado Eduardo Miranda era presidente da mesma Mesa recusou a possibilidade de convocar uma assembleia extraordinária, não cumprindo assim a Lei. O deputado Carlos Pombo abordou ainda dois outros temas, referindo que, no caso da adenda aos contractos de cedência de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, estamos perante um juízo de intenções e de má vontade, acusando-se o Presidente do Município sem que se dê oportunidade para este se explicar. Mais acrescentou que, no caso da reorganização administrativa, havia pensado que, finalmente, se faria justiça ao presidente do Município, uma vez que desta questão resultou uma moção de censura, o que não se verificou afinal, apesar da decisão proferida pelo TAF de Mirandela que deu razão ao executivo, voltando o deputado Eduardo Miranda a abordar o tema numa tentativa de "achincalhamento" político.-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, após cumprimento dos presentes, dirigiu-se à deputada Perpétua Barros, referindo que o responsável pela protecção civil é o senhor Vice-Presidente do Município e que, ao longo do tempo em que está à frente dos destinos da Câmara, têm vindo a ser colocados rails nos pontos mais críticos e que qualquer munícipe pode e deve alertar a Câmara para situações de eventual perigo.-----

Dirigindo-se à deputada Lisa Martins, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu não perceber, em concreto, o que a deputada pretendia saber, mas que lhe forneceria uma cópia da referida adenda. No que diz respeito à dívida à empresa Águas e Trás-os-Montes e Alto Douro, a dita cifrava-se no final do último ano em cento e sessenta mil euros e, actualmente, rondará os cem mil euros.-----

Dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, o mesmo afirmou não estar a exercer o mandato a tempo inteiro nem a meio tempo e que, apesar dos esforços e dos resultados conseguidos, existirão sempre questões associadas à prevenção rodoviária que será preciso ter em boa conta e que exigem o esforço de todos. Informou ainda que estava a ser levado a cabo, no âmbito da protecção Civil, um levantamento de pontos críticos, e que, os constrangimentos financeiros que a Câmara

atravessa, atrasam o solucionar dos casos já identificados. Referiu também que a preocupação fundamental, neste momento, se dirige, essencialmente, para os aluimentos de terras e que a legislação vigente nem sempre é clara, fundamentalmente no que diz respeito aos saibramentos. Dando razão à deputada na questão levantada, fez um apelo para que todos aqueles que detectem qualquer situação de perigo informem os respectivos serviços.-----

-----O senhor Presidente da assembleia colocou à votação da assembleia um documento contendo um voto de protesto apresentado pelo deputado Eduardo Miranda, sendo o referido documento aprovado por maioria, com dezanove votos a favor, e uma abstenção.-----

No ponto dois, foi proposta pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, uma reunião com os líderes parlamentares para análise de legislação e elaboração de uma proposta alternativa a apresentar aos elementos da Assembleia Municipal para análise e debate.-----

No ponto três, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia sobre a actividade Municipal, incidindo a sua intervenção nos seguintes pontos: participação em manifestações dedicadas à questão Casa do Douro; inauguração dos claustros; reunião com a REFER para discussão da situação da passagem de nível na Rede; manifestação contra o encerramento do Tribunal; reunião com o secretário de estado sobre a situação financeira do Município; contribuição para o FAM e feira do petisco. O Senhor Presidente do Município deu especial enfoque à diminuição da dívida, ainda que as transferências do Estado sejam agora menores do que as de 2010, e ainda que, desde que tomou posse tenha efetuado mais investimento do que o executivo anterior.-----

O deputado José Alves referiu que o Presidente da Câmara acusa o governo de vender património e não baixar a dívida, mas que, este executivo da Câmara também vendeu e não baixou assim tanto a dívida. Referiu ainda que o anterior executivo deixou dívida mas também deixou obra realizada.-----

A deputada Lisa Martins questionou o Presidente da Câmara sobre as tarifas da água no caso de o Município contratar com a empresa Trás-os-Montes e Alto Douro o respectivo fornecimento.-----

O deputado Eduardo Miranda interveio com a leitura de um texto que se anexa a esta ata.-----

A deputada Perpétua Barros reiterou a vontade em obter cópia da adenda aos contratos de cedência de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas.-----

No ponto quatro, o senhor presidente da mesa da Assembleia pôs à votação a minuta de contrato de cedência de uma parcela de terreno na freguesia de Vila Marim, à empresa DSTELECOM NORTE, tendo o documento obtido aprovação por unanimidade.-----

O deputado Eduardo Miranda efectuou a leitura de um extenso documento que se anexa a esta ata.-----

No ponto cinco, o Senhor Presidente da mesa da Assembleia deu a conhecer aos deputados a moção contra o encerramento do Tribunal, efetuando a sua leitura.-----

No ponto seis, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs à votação a desanexação de um terreno do domínio privado e sua afetação ao domínio público do Município, tendo o documento obtido aprovação por unanimidade.-----

No ponto sete, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs à votação o Regulamento Municipal de banco de livros escolares, tendo o documento obtido aprovação por unanimidade-----

A deputada Teresa Lúcio louvou a proposta, mas, apontou uma dificuldade no que diz respeito aos livros do primeiro ciclo e respetivas fichas-----

No ponto oito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs à votação o documento sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis, tendo o documento sido aprovado com doze votos a favor, sete votos contra e uma abstenção.-----

O deputado José Alves referiu que o grupo parlamentar do Partido Social Democrata vota contra porque a contenção orçamental levada a cabo por este executivo não é generalizada e que o dinheiro deve ser canalizado para os fins mais louváveis e que se existem dificuldades também existem prioridades.-----

O deputado Carlos Pombo referiu que estamos perante uma aprovação que não é desejável mas necessária e que não deriva de uma simples decisão política, mas sim resultante dos constrangimentos orçamentais que a Câmara atravessa.-----

O deputado António Nunes efectuou uma intervenção no sentido de explicar o funcionamento do referido Imposto para as famílias com menores rendimentos.-----

A deputada Lisa Martins confrontou o Presidente da Câmara com uma prioridade definida por este na campanha eleitoral, onde afirmava ser imperativo atrair

para o Conselho, referindo ainda que, com este tipo de taxas praticadas o efeito é contrário e só contribuem para uma maior desertificação.-----

No ponto nove, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs à votação o documento sobre a taxa Municipal de direitos de passagem, tendo o documento obtido aprovação por unanimidade-----

No ponto dez, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs à votação o documento sobre o Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, tendo o documento obtido aprovação por unanimidade-----

Nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a minuta da ata da reunião, sendo, de seguida, encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e trinta minutos.-----

O Presidente da Assembleia

(Carlos Alberto Esteves Miranda)

A Primeira Secretária

(Anabela Valério Marrafa Macedo)

O Segundo Secretário

(Luis Miguel Silva Marques)